



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

(Re)pactuação da agenda para o manejo florestal comunitário familiar na Amazônia

Carta de Belém

Belém, 02 de setembro de 2022

O manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira foi impulsionado na segunda metade da década de 90, a partir da implementação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). A falta de adequação no marco regulatório e ausência de ações de fomento para promover esta modalidade de manejo nos programas governamentais tornaram-se grandes desafios.

Este cenário impulsionou um processo de articulação interinstitucional das organizações da sociedade civil, a partir de Encontros Regionais (as Oficinas de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia), da constituição de um Grupo de Trabalho (o GT-MFC) e da criação do Observatório do Manejo Florestal, Comunitário e Familiar (OMFCF), em 2017.

Estas ações de qualificação de demandas sobre o tema ocorrem desde 1998, tendo como principais impactos a instituição da IN 04/98 do Ibama, em que, pela primeira vez, normatizou a atividade do manejo florestal comunitário, e a formulação do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Esse Programa foi instituído pelo Decreto 6874/2009 e revogado pelo Decreto nº 10.810, de 2021, como parte da estratégia de desmonte das políticas ambientais implementado pelo atual governo federal, reforçando o descaso com a conversação da sociobiodiversidade brasileira.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

O mesmo tinha por objetivo organizar as *ações de gestão e fomento ao Manejo Sustentável* em florestas que sejam objeto de utilização por *agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais*.

A coordenação ficava sob a responsabilidade dos Ministérios do Meio Ambiente e - do extinto - Desenvolvimento Agrário. Além da estruturação de Planos Anuais Operacionais (nos anos de 2010 e 2011) o Programa catalisou a adequação no marco regulatório para a implantação de planos de manejo em Assentamentos da Reforma Agrária e Unidades de Conservação, por meio de Instruções Normativas dos órgãos de licenciamento ambiental e daqueles responsáveis pela gestão destes territórios: Inkra e ICMBio, respectivamente.

No entanto, em que pese sua importância para o combate ao desmatamento e promoção da inclusão social, a implementação do Programa teve como marca a baixa efetividade de suas ações.

Além disso, a exemplo de outras importantes agendas socioambientais, o governo atual interrompeu o diálogo com a sociedade civil deixando sem resposta as demandas vivenciadas pelas comunidades extrativistas, povos indígenas e agricultores familiares, envolvidos em vários processos de manejo e conservação da floresta.

Por conseguinte, o que temos presenciado ao longo desses últimos anos é a falta de interesse e capacidade dos órgãos governamentais nas diferentes esferas de governo para lidarem com a agenda de manejo florestal comunitário e familiar.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro enfrenta o desafio do aumento exponencial do desmatamento na Amazônia, chegando ao número de 10,7 mil km² de floresta derrubados entre os meses de agosto de 2021 a julho de 2022, segundo dados do SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento), do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, membro do OMFCF).

Essa é maior área devastada nos últimos 15 anos, pondo em risco as metas voluntárias que o Brasil assumiu nas negociações sobre o Clima. Foi a quarta vez seguida em que a devastação atingiu o maior patamar desde 2008, quando o Imazon iniciou o monitoramento com o SAD.

O descaso com a ação governamental na conservação ambiental pode, ainda, ser evidenciado com o dado de que nenhuma Unidade de Conservação Federal foi criada entre os anos de 2019 a 2022, informação pode ser confirmada na plataforma do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Além disso, a implementação das concessões florestais tem sido lenta. Atualmente, somam somente 302 mil hectares, frente aos 1.307.677,14 (ha) de florestas públicas federais cadastradas.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Quanto aos Assentamentos de Reforma Agrária federais, continuam a sofrer com investimentos precários em infraestrutura adequada, de acesso a serviços sociais básicos e de assistência técnica. A isto somam-se a degradação florestal, conflitos de terra e/ou por recursos naturais, e a conseqüente venda e abandono dos lotes, o que tem levado o Ministério Público a responsabilizar o Incra.

Atribuimos a estagnação dos programas de conservação ambiental e de promoção ao manejo florestal comunitário e familiar à inexistência de uma política florestal clara, objetiva, inclusiva e de alta performance em sua governança, além, é claro, do conjunto de ações que desmobilizaram, enfraqueceram ou mesmo descontinuaram políticas públicas fundamentais para a agenda socioambiental.

Preocupados com a manutenção dos vastos territórios, fruto de conquistas históricas, lideranças comunitárias e organizações de movimentos sociais têm buscado canais de diálogo com o governo federal para a estruturação de uma agenda socioambiental no Brasil.

Os compromissos firmados no Encontro de Parintins/AM (15 e 16/04/2011), no Chamado da Floresta (06 e 07/08/2011) no Marajó/PA, e, mais recentemente, no Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade (18, 19 e 20/09/2021) são exemplos da falta de efetividade no cumprimento das agendas assumidas pelo governo.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Pelas razões apresentadas, consideramos primordial a implementação de uma “agenda mínima”, no primeiro semestre de 2023, conforme listada abaixo:

1. Reedição do decreto da Política Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
2. Reestruturação e fortalecimento dos organismos de comando e controle federais para a agenda socioambiental;
3. Aprovação mínima de 20% de todos os Planos de Manejo Florestal Comunitário e Familiar protocolados nos órgãos ambientais federais e estaduais;
4. Consolidação imediata dos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação, como, por exemplo, a revisão do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós;
5. Lançamento de Editais de ATER, com foco na capacitação, fortalecimento institucional e comercialização.
6. Lançamento de Edital do Fundo Amazônia, específico ao MFC;
7. Promover ações de fiscalização em áreas de ocorrência de desmatamento e exploração ilegal e conflitos envolvendo lideranças.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Esta Carta é assinada pelas instituições que compõem
coordenação executiva do OMFCF:

1. **ASMOGA** – Associação dos Moradores da Gleba Estadual Acutipereira
2. **Federação da Flona do Tapajós;**
3. **REMHAR** - Rede de Mulheres e Homens Ribeirinhos do Marajó
4. **COOMNSPRA** - Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
5. **STTR SANTARÉM** - Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém
6. **IEB** - Instituto Internacional de Educação do Brasil
7. **IFT** - Instituto Floresta Tropical
8. **Imaflora** - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORE)
9. **CI-Brasil** – Conservação Internacional
10. **IFPA Castanhal** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
11. **Embrapa** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

O **OMFCF** é composto por 51 representações institucionais, entre ONGs, sindicatos, associações, cooperativas de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa:

1. **ATAA** – Assoc. dos Trab. Agroextrativistas do Rio Acutipereira
2. **APROMOVA** – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Morada Nova
3. **ACOGLEC** – Associação Comunitária da Gleba do Curumucuri
4. **ASMOGA** – Associação dos Moradores da Gleba Estadual Acutipereira
5. **ACDESRA** - Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum
6. **ASMORETEGP** - Associação da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuuba
7. **COOMFLONA** - Cooperativa Mista da Flona Tapajós
8. **COOMNSPRA** - Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
9. **Federação da Flona Tapajós**
10. **TAPAJOARA** - Org. das Associações da Reserva Tapajós Arapiuns
11. **ASMIP/RICA** – Rede Intercomunitária Almeirim em Ação
12. **REMHAR** - Rede de Mulheres e Homens Ribeirinhos do Marajó
13. **CDS / COOMAR** - Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz
14. **Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores**
15. **ARQMO** - Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo do Município de Oriximiná



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

16. FEAGLE - Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande

17. COOPAFLORA - Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte

18. AMOREAB - Associação da ResexArioca-Pruanã

19. Associação das Mulheres Indígenas do Gurupi

20. Associação Arte Miriti de Abaetetuba

21. Associação Bujaruense dos Agricultores

22. COAMA - Cooperativa dos Produtores Agroextrativista dos Rios Mapuá e Arioca

23. CAEPIM - Cooperativa Agrícola dos Emp. População de Igarapé-Mirim

24. ACOSPER - Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista do Oeste do Pará

25. Associação Quilombola São José

26. AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Santarém

27. Fundo Solidário Açaí Tartaruga

28. Cooperativa Mista dos Povos Tradicionais

29. Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Calha Norte

30. STTR SANTARÉM - Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém

31. STTR PORTEL - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel

32. COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

33. FETAGRI - Federação de Trabalhadores de Agricultores do Estado do Pará

34. MALUNGO - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

35. Sindicato dos Trabalhadores
Rurais Agricultores e Agricultoras
Familiars

36. IFT - Instituto Floresta Tropical

37. IEB - Instituto Internacional de
Educação do Brasil

38. IPAM - Instituto de Pesquisa
Ambiental da Amazônia

39. FASE

40. Embrapa

41. IFPA-Castanhal - Instituto
Federal do Pará

42. INIAMA - Instituto Iniciativa
Amazônica

43. CI - Conservação Internacional

44. FSC - Conselho de Manejo
Florestal / Forest Stewardship
Council

45. IMAFLORA - Instituto de Manejo
e Certificação Florestal e Agrícola

46. Imazon - Instituto do Homem e
Meio Ambiente da Amazônia

47. Instituto BVRio

48. Ufra - Universidade Federal
Rural da Amazônia

49. Uepa - Universidade do Estado
do Pará

50. SAPOPEMA - Sociedade Para
Pesquisa e Proteção do Meio
Ambiente

51. Instituto Beraca de Valorização
da Sociobiodiversidade